

Documentação	
Fonte	JB (Brasil)
Data	29/9/2001 Pg. 4
Class.	157

Bancada ruralista enfrenta governo

LEONARDO ECHEVERRIA

BRASÍLIA – Os deputados da bancada ruralista resolveram comprar a briga com o presidente Fernando Henrique Cardoso e com o Ministério do Meio Ambiente para fazer valer a sua versão do Código Florestal, em trâmite no Congresso Nacional, mesmo sob o risco de fazer rachar a base de apoio ao governo.

“Não estamos no cabresto para fazer o que o presidente manda, como o pessoal do Ministério do Meio Ambiente está cabresteados pelas ONGs”, reagiu o deputado Luís Carlos Heinze (PPB-RS), presidente da Comissão de Agricultura. A líder da bancada ruralista, Kátia Abreu (PFL-TO) está firme em sua posição: “Vamos enfrentar a parada, e não retroceder. Vamos para o voto”.

O cerne da briga está na porcentagem das áreas reservadas à preservação. Em março deste ano, o presidente editou medida provisória reservando 80% das propriedades em florestas e 35% das de cerrado para preservação. A Comissão Mista do Código Florestal aprovou relatório que muda as taxas para 50% e 20%. “Façam o que fizerem, vai ficar do jeito que nós queremos”, teria dito FH anteontem, ao anunciar um pacote de decretos ambientais no Dia da Árvore.

A bancada ruralista alega que a proposta do governo prejudica a produção agrícola no Brasil, porque os produtores ficariam proibidos de plantar em 80% de seus terrenos. “Temos vocação enorme para a agricultura, não podemos estancar o Brasil. É crime de lesa-pátria castrar parte do país assim”, diz Kátia Abreu.

Ela chama a proposta do governo de “imbecil” e desafia a lhe apresentarem um estudo técnico que justifique tanto terreno destinado à preservação. Para a líder dos ruralistas, o governo está agindo sem pragmatismo. “Isso é coisa para o PT fazer, não o governo”, diz ela, que é do mesmo partido do ministro do Meio Ambiente, Zequinha Sarney.

O deputado Luiz Carlos Heinze acusa o ministro de estar submetido à influência de ONGs internacionais. “O governo está seguindo mais o Fundo Mundial para a Vida Selvagem e o Greenpeace do que pensando nos prejuízos de nossa gente e do país”, afirma.

O governo designou os deputados Arthur Virgílio e Ricardo Barros para conseguir um acordo antes de o Código Florestal ir a plenário. Pelos ruralistas, a reserva legal será de 90% dentro do Amazonas; 80% nos estados do Acre, Amapá e Roraima; 70% no Mato Grosso, Rondônia e Pará; e de 50% no Tocantins e Maranhão.